

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS NÚMEROS

CRISTIANISMO E EUROPA

EVOLUCIONISMO E CRIACIONISMO

DESAFIOS DA UNIVERSIDADE

PROBLEMÁTICA DA FAMÍLIA

CELEBRAÇÕES: A KANT E A KARL RAHNER

PREÇO: 15 €

IVA INCLUÍDO

ISSN: 1645-8788

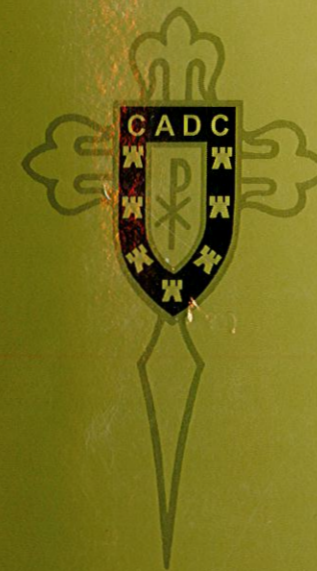
COIMBRA 2003

ESTUDOS — CADC

NOVA SÉRIE N.º 2

ESTUDOS

REVISTA DO CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ



CRISTIANISMO E EUROPA

FÉ E CIÊNCIA

A CAUSA DA VIDA

PRESENÇA DE MANOEL DE OLIVEIRA

SANTO AGOSTINHO E HANNAH ARENDT

ECONOMIA E IDEOLOGIA

AXIOLOGIA E SOCIOLOGIA DO DESPORTO

ARTES

CADC NA HISTÓRIA

NOVA SÉRIE N.º 2

COIMBRA | JUNHO 2004

ESTUDOS

Revista do CADC

Nova Série 2

2004

ESTUDOS

REVISTA DO CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ
NOVA SÉRIE

REVISTA SEMESTRAL

DIRECTOR
José Carlos Seabra Pereira

ICS | 124 425

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
Centro Académico de Democracia Cristã
(CADC)
cadcCoimbra@sapo.pt

NIC | 506 636 690

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Couraça de Lisboa, 30
Apartado 3024
3001-401 Coimbra

TELEFONE | 239 822 483

FAX | 239 841 585

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Gráfica de Coimbra

Janeiro-Junho

TIRAGEM
1000 exemplares

NÚMERO AVULSO 15 €
ASSINATURA ANUAL 15 €
ASSINATURA DE ESTUDANTE 10 €
ASSINATURA DE APOIO 30 €

ISSN | 1645-8788

DEPÓSITO LEGAL | 204341/03

Agradecimento à colaboração prestada pela SOPORCEL.

ÍNDICE

EDITORIAL	5
A ACTUALIDADE DA DEMOCRACIA CRISTÃ – Manuel Braga da Cruz	7
NA SENDA DO JUBILEU	
UM BREVÍSSIMO ECO – José Manuel M. Cardoso da Costa	15
O ROSÁRIO E O VALOR DO SILÊNCIO – Rui de Figueiredo Marcos	19
CRISTIANISMO E EUROPA	
RUMO A UMA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA? – João Paulo II	27
CRISTIANISMO E EUROPA: UMA RELAÇÃO ESSENCIAL – Dom Manuel Clemente	31
DA NECESSIDADE DO PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA – Maria Helena da Rocha Pereira	37
A IGREJA NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA MEDIEVAL – Arnaldo Espírito Santo	41
ANUNCIAR O EVANGELHO PARA CONSTRUIR UMA NOVA EUROPA – Padre João Lavrador	45
FÉ E CIÊNCIA	
DISCURSO À ACADEMIA PONTIFÍCIA DAS CIÊNCIAS – João Paulo II	75
CIÊNCIA E RELIGIÃO NOS <i>ESTUDOS SOCIAES</i> – João Loureiro	81
UMA FÍSICA DA IMORTALIDADE?	89
SOBRE A <i>FÍSICA DA IMORTALIDADE</i> – Sebastião J. Formosinho	93
DA(S) ORIGEM(NS): (NEO)CRIACIONISMOS E/OU EVOLUCIONISMO(S)? – João Loureiro	99
CRIACIONISMO BÍBLICO – Jónatas E. M. Machado	107
A CAUSA DA VIDA	
MEDITAÇÃO SOBRE A VIDA – Conferência Episcopal Portuguesa	171
DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO? – Cristina Lfbano Monteiro	179
MAIS VIDA MAIS FAMÍLIA – MEMÓRIA E MÁGOA – Tiago Afonso Lopes de Miranda	187
PRESENÇA DE MANOEL DE OLIVEIRA	
VALORES ESPIRITUAIS EM MANOEL DE OLIVEIRA – Fausto Cruchinho	205
A PROPÓSITO DE <i>PAROLA, IMMAGINE, UTOPIA</i> – João Francisco Marques	213

AXIOLOGIA E SOCIOLOGIA DO DESPORTO

O DESPORTO AO SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO DA PESSOA E DO ENCONTRO DOS POVOS – C.E.P.	223
ALGUMAS TESES SOBRE O DESPORTO – Manuel Sérgio	231

ESCRITOS

A PRESENÇA DE SANTO AGOSTINHO NA OBRA DE HANNAH ARENDT – Jorge Pais de Sousa	243
EM TORNO DE VISÕES DA PAIXÃO DE CRISTO – António Manuel R. Rebelo	269
O ACTUAL DEBATE IDEOLÓGICO – João César das Neves	273
CASAL, CASAMENTO E FAMÍLIA NUMA SOCIEDADE GLOBALIZADA – Luigi Ghia	287
SOBRE O CAPITAL HUMANO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO – Teresa Carla Oliveira	303
ESTRUTURAS FAMILIARES DA ALTA DE COIMBRA – Alexandre Manuel Monteiro Pinto e Rafael Marques Vigário	305

ARTES

O DIÁLOGO DE JOSÉ RÉGIO COM REDACTORES DA REVISTA «ESTUDOS», DE COIMBRA – João Biotte Chorão	327
CARLOS SEIXAS – Padre Dr. Pedro Miranda	333
ÀS VOLTAS COM O CINEASTA JOÃO CÉSAR MONTEIRO – Bruno Ricardo Simões Fernandes	339
CRISTO NA SÉTIMA ARTE: DE LUMIÈRE A GIBSON – António Manuel R. Rebelo	343
A PAIXÃO DE CRISTO: A EXPERIÊNCIA DE FÉ DE MEL GIBSON – Padre Francisco José Rebelo	353

CADC NA HISTÓRIA

O CADC NOS ESTATUTOS DE 1905: UMA ASSOCIAÇÃO PARA A “CONFRATERNIDADE ENTRE OS ESTUDANTES CATÓLICOS” – Isafas A. Hipólito	359
PRIMEIROS ESTATUTOS DO CENTRO ACADÉMICO DE DEMOCRACIA CRISTÃ (1905)	373
DOM ERNESTO SENA DE OLIVEIRA E O CADC – M. Ramos Lopes	377

VIDA DO CADC

ACTIVIDADES REALIZADAS/2003	387
A BIBLIOTECA DO C.A.D.C. – António Manuel R. Rebelo	391

EDITORIAL

A reactivação do CADC e, com ela, o relançamento dos *Estudos* têm procurado realizar, de forma especificamente adequada ao meio académico dos nossos dias, aquela agregação de leigos que no seio da Igreja exprime a natureza social da pessoa humana e obedece ao imperativo de mais vasta e incisiva eficiência. Perante os problemas complexos e difíceis do nosso contexto de sociedade secularizada, pluralista e fragmentada, que segundo a *Christifidelis Laici* mais exigem as formas agregativas de participação dos cristãos, temos procurado discernir qual a desejável configuração do CADC como «sujeito social» de edificação espiritual e acção apostólica no meio académico.

Acontecimentos socioculturais como os *Diálogos sobre a Fé* travados por Dom José Policarpo e Eduardo Prado Coelho (e prefaciados pela inquietação espiritual de Eduardo Lourenço perante o Criador-Comunicador que é «o Deus vivo de que fala o texto sagrado») só têm vindo confortar a nossa disposição autêntica para participarmos com intencional abertura no debate das grandes questões dos nossos dias - levando para esse diálogo uma inteligência instruída no estudo e na atenção crítica às realidades envolventes, mas também as luzes decisivas da Fé.

As mesmas circunstâncias nos têm confirmado no espírito de intervenção desassomburada, sem concessões de cúmplice indiferenciação, perante os factores de anomia e os pendores de esvaziamento axiológico que assolam os nossos tempos. Como sujeito social de participação apostólica, contra a cultura da indiferença na era do consumo e a degradação da vivência da História em atmosfera de futilidade universal, movemo-nos no CADC e nos *Estudos* pelo sentimento jubiloso da gravidade da vida e pelo compromisso confiante na dramaticidade inerente ao Tempo da existência humana (a caminho do Eterno); contra a civilização do individualismo hedonista e da perspectiva efémera, tal como contra a atitude intelectual que atribui à gratificante autonomia dos projectos egóticos (se não à satisfação imediata dos desejos e interesses individuais) o estatuto de sentido único e bastante da vida, postulamos no CADC e nos *Estudos* a dimensão universal da busca do Sentido — que para nós irradia genesicamente do Deus pessoal e para o Amor da comunhão trinitária conduz teleologicamente a História.

É essa também a razão profunda por que no CADC e nos *Estudos*, sacudido o torpor espiritual em que se instalara a intelectualidade cristã, enfrentamos o clima de inibição cultural que certo patriciado agnóstico – cultural, político, demagógico – impõe, através da agilidade discursiva, da eficácia mediática, da manipulação cívica, a uma opinião pública onde a maioria cristã abdica de pronunciar-se e de agir em congruência com a sua mundovisão e deixa imperar nas questões ético-sociais a subversão dos justos critérios (decorrentes do direito natural, da tradição humanista ocidental e da axiologia personalista de inspiração cristã). O presente número de *Estudos* mostra bem que o fazemos tanto pela retoma de questões perenes quanto pela atenção doutrinal aos fenómenos ou acontecimentos de relevância circunstancial (da chamada “globalização” ao Euro 2004), tanto pela diversidade dos *dossiers* quanto pela abertura da secção «Escritos» à pluralidade dos temas e ao pluralismo ideológico dos autores.

Não se trata de uma tática defensiva, nem meramente reactiva. Trata-se, sim, da nossa vivência da estratégia generosa do Cristianismo, para corresponder com signos de Esperança aos apelos do coração humano.

A análise da conjuntura nacional e internacional evidencia que, no cerne dos problemas económicos e sociais, demográficos e educativos, está afinal em causa um problema cultural (no amplo sentido da cultura enquanto forma de mentalidade com expressão societária). Esse é justamente o plano onde o CADC e os *Estudos* intervêm, atentos ao magistério da Hierarquia, confiantes na preparação intelectual e doutrinal, na convicção missional e no discernimento evangélico dos seus sócios e colaboradores, bem como na sabedoria, na elevação teológica e na união espiritual dos seus sacerdotes. Mas, com as diversas formas de intervenção nesse combate cultural, os sócios do CADC e os colaboradores dos *Estudos* querem-se também a responder, como nas várias Obras de voluntariado em que se empenham os novos ceadecistas, à consciência do fundamental dever cristão e do fundamental resguardo cristão contra a alienação – o imperativo salvífico do amor fraterno.

Creemos que, numa época em que se deu por caduca a miragem da Revolução como projecto político de radical ruptura e de criação imanentista de uma ordem perfeita, nós, cristãos, temos o dever de transformar em efectiva experiência (pessoal e comunitária) o sonho de mudança radical da vida, regida pela lei divina do Amor encarnado e fiel à sua Fonte transcendente.

Assim, lembrando certo passo de N. Berdiaeff, tentaremos viver o Tempo (e a inexorável mudança que lhe é inerente) não «no sentido da morte», mas «no sentido da elevação da vida»!

A ACTUALIDADE DA DEMOCRACIA CRISTÃ

*Manuel Braga da Cruz**

A democracia cristã, tal como Leão XIII a lançou na transição do século XIX para o século XX, mais do que uma ideia política, era uma ideia social.

O mesmo Papa se ocuparia de definir a posição da Igreja em face dos regimes políticos, esclarecendo que a Igreja não tem preferência por qualquer forma política, antes pelo contrário respeita a autonomia dessa esfera.

A democracia, como regime político, merece à Igreja, como todos os demais regimes históricos, uma posição de indiferença. Quando a Igreja, por razões de princípio doutrinal, recomenda aos seus fiéis o empenhamento na defesa de aspectos da democracia, como forma política, fá-lo pela defesa dos valores que conformam a democracia e não pelos aspectos políticos dessa forma.

Sabemos contudo que a democracia cristã, como ideário social, lançado pelo movimento social católico, e definido por Leão XIII, bem cedo tendeu a traduzir-se no terreno político sob a forma de partido. *Esta partidarização da democracia cristã* ocorreu quando se assistiu ao alargamento do sufrágio universal e ao ingresso das massas populares na vida política, quando os partidos, de sistemas de representação, passaram a ser sistemas de integração.

Tratava-se de enquadrar politicamente as massas, para as integrar na política moderna de participação. Os partidos actuavam, por isso, não apenas no terreno político e eleitoral, procurando maximizar os seus resultados e a sua representação parlamentar, mas sobretudo no terreno social, organizando os seus eleitores e apoiantes, não apenas para os mobilizar para as refregas eleitorais, mas para os formar ideologicamente, e para modelar na organização partidária a futura organização da própria sociedade. Por isso se entendia que o partido prefigurava a sociedade que se preconizava.

A *partidarização da democracia cristã* foi funcional à modernização da vida política, mormente à sua democratização. O juízo que sobre esse período histórico deve ser feito é necessariamente positivo. Traduziu o empenhamento

* Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

CASAL, CASAMENTO E FAMÍLIA
NUMA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Luigi Ghia*

1. PARA UMA DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Nesta primeira parte, proponho-me definir brevemente o que entendemos quando falamos de “família”, de “globalização”, de “desenvolvimento” e de “sociedade”.

a) *A família*

No âmbito da antropologia clássica, uma das definições mais completas de família é aquela que nos é fornecida por Claude Lévi-Strauss, segundo o qual, este termo serve para designar: «um grupo social dotado de algumas características: 1) tem a sua origem no casamento; 2) é constituído pelo marido, pela mulher (o casal) e pelos filhos nascidos da sua união, se bem que possamos admitir que os parentes se integrem igualmente neste grupo essencial; 3) os membros da família estão ligados entre si por: a) vínculos legais; b) vínculos económicos, religiosos e outros tipos de direitos e deveres; c) uma rede precisa de direitos e de interdições sexuais, e um conjunto variável e diferenciado de sentimentos psicológicos, como o amor, o afecto, o respeito, o temor, etc.»¹.

* Sociólogo italiano, director da revista *Famiglia domani*, autor de vários livros sobre a condição da família na sociedade contemporânea, até ao enfrentamento da globalização em *Famiglia o lavoro? (Famiglia e lavoro: un matrimonio possibile)*, Torino, 2002. Os seus estudos manifestam uma rara sensibilidade às implicações éticas e estéticas, filosóficas e religiosas dos problemas sociais – traços que, aliás, se aprofundam nos notáveis trabalhos académicos dos seus filhos, Francesco Ghia e Guido Ghia, especialistas respectivamente em Max Weber e em Fichte.

¹ Claude Lévi-Strauss, *Razza, storia ed altri studi de antropologia*. Torino, Einaudi, 1967, p. 154.

Nesta definição, a família é vista como uma “forma associativa”, que possui uma combinação de elementos comunitários (“*Gemeinschaft*”) e sociais (“*Gesellschaft*”), ou, se quisermos, uma dimensão simbólica e, ao mesmo tempo, estrutural, dimensões que se fundem e se entrelaçam dinamicamente no tempo, envolvendo as pessoas num *projecto de vida*, numa dinâmica relacional fundada na reciprocidade.

A novidade é que o processo de globalização em curso põe hoje radicalmente em discussão essa ideia de família.

b) A globalização

Trata-se de uma palavra ambígua. O seu étimo deriva de “globo” e globo remete para a ideia de redondeza, evocando a imagem de ecumenismo. Todavia, em geral, a palavra “globalização” remete para as doutrinas económicas e indica a passagem de uma série de mercados nacionais, ou *locais*, para um mercado *global*. A “Coca Cola” e os “McDonald’s”, que representam indiscutivelmente os seus símbolos, encontram-se em Nova Iorque, em Paris, em Lagos, no Vietname, na Cidade do México, na Rússia e na China. No entanto, seria impreciso, pelo menos, confundir a “*internacionalização do comércio*” com a globalização. A primeira é uma consequência da segunda. Mais rigorosamente, “*globalização*” deveria indicar “*a livre circulação das informações e dos capitais*”. Mais do que livre – que indica já um valor –, seria todavia melhor que se dissesse circulação “fácil”, “rápida”. E, com efeito, a globalização não é um valor, não é um horizonte a que se deve atender, não é – como pretendia Francis Fukuyama, especialista nipo-americano em doutrinas políticas – um modelo.

É simplesmente um fenómeno. E, como veremos, não é um fenómeno neutro. É um fenómeno que remete para responsabilidades de alcance universal.

Os dois elementos, aos quais se pode reconduzir este fenómeno, são: a) a *revolução informática*, que alterou o processo de circulação de ideias e de informações e que se desenvolve de modo rapidíssimo e prodigioso²; b) a *‘financiarização’ da economia*, que implica a transferência de recursos da economia “real” (produção e comércio de bens e serviços) para aquela de tipo financeiro (bancos, títulos, acções, empréstimos, etc.) em tempo “real”. Estes dois elementos – tomados em conjunto – acabam por perturbar a ordem industrial, bancária, militar, política, burocrática, familiar, a pequena poupança, etc., engolindo literalmente – através da estrutura, que o sociólogo americano M.

² Basta pensar que hoje, num só segundo, é possível fazer passar num único cabo mais informações do que quantas transitavam cinco anos atrás em toda a rede mundial da Internet num mês.

Ohmae designa como “Interlinked Economy” (ILE)³ – a maior parte dos consumidores e da sociedade. Basta pensar, para apreendermos o seu alcance, no ambiente quotidianamente emotivo, nevrótico e nevrotizante, das Bolsas.

c) O desenvolvimento

Para muitos economistas e expoentes políticos, o desenvolvimento identifica-se com alguns indicadores: o P.I.B. (Produto Interno Bruto) global de uma nação; o P.I.B. *per capita*; o rendimento; a ocupação; os consumos. Muitos industriais, bem como os partidos políticos que os apoiam, ligam o desenvolvimento aos vínculos jurídicos ou sindicais, para poderem despedir livremente os trabalhadores em excesso. Mas um casal de noivos, de recém-casados, uma família, partilham do mesmo conceito de desenvolvimento? Evidentemente que não. O despedimento do lugar de trabalho paira ameaçadoramente com frequência como um pesadelo, e eles pensam mais no desenvolvimento em termos de qualidade de vida, de possibilidades de acesso aos serviços essenciais do indivíduo (saúde, ambiente, cultura, serviços para a infância e terceira idade), ou a um salário não corroído pela inflação. Trata-se de perspectivas diferentes, por vezes contrapostas. Tentando uma mediação entre estas perspectivas, a ONU, em 1990, introduziu um “índice de desenvolvimento humano” (IDH) que toma em consideração três elementos: o rendimento *per capita*, a taxa de alfabetização e a esperança de vida. Com base neste índice, na classificação das nações do mundo, em primeiro lugar vem o Canadá (0,935), seguido pela Noruega (0,934) e pelos USA (0,929). Os “últimos” são o Burkina Faso (0,303), o Níger (0,293) e a Serra Leoa (0,252). Atentemos, porém, na classificação: pode esconder uma armadilha. Muitas vezes, para nós, ocidentais, a noção de progresso está ligada ao desenvolvimento da tecnologia: civilização e tecnologia tornaram-se um binómio indissolúvel. Como Leslie White⁴ dizia, já em 1943, se tomássemos como critério da evolução humana “a quantidade de energia disponível *per capita*”, nós, ocidentais, seríamos os mais desenvolvidos de toda a história humana. Mas se adoptássemos como critério outro termo, por exemplo, a relação de comunhão com a natureza, o nosso nível de progresso seria,

³ Escreve Ohmae: «Está emergindo uma ilha [é interessante a assonância entre ILE e ilha: *isle*, em inglês, e *île*, em francês, N.d.A.] maior do que um continente – a Interlinked Economy (ILE) da tríade (USA, Europa, Japão) – juntamente com economias agressivas como Taiwan, Hong-Kong e Singapura. Está a tornar-se tão potente que engoliu a maior parte dos consumidores e das sociedades; fez desaparecer as fronteiras tradicionais e conferiu aos burocratas, políticos e aparelhos militares o estatuto de indústrias em declínio.» (cit. por Renata Livraghi, «Il prodotto di molte forze», in *Famiglia Oggi*, nº 1/2002, p. 9).

⁴ A. Leslie White, «Energy and evolution of culture», in *American Anthropology*, vol. XLV, 1943, p. 340.

por certo, inferior, no que se refere a outras civilizações. O modelo tecnológico não pode aspirar a ser considerado a categoria universal do desenvolvimento humano. Mais do que tudo, a tecnologia – subordinada aos interesses do capital – não parece ter produzido, nem justiça, nem igualdade, nem paz (basta pensar nas chamadas “bombas inteligentes”...).

d) *Que sociedade?*

Esta rápida referência leva-nos a questionar-nos: de que sociedade falamos? Trata-se da pergunta fundamental para apreciar os modelos culturais induzidos pelo processo de globalização em curso. A globalização, tal como se apresenta hoje em dia, é o triunfo de um modelo económico-político-financeiro-ético-cultural sobre outros modelos de vida – em suma, uma homologação ao modelo ocidental. Em particular, nos últimos quinze anos assistimos à emergência e consolidação da hegemonia mundial americana, e a nova classe mundial (filha da globalização) utiliza os USA como suporte político-institucional. Portanto, pode-se falar de “ocidentalização”, que significa muitas vezes a prossecução em novas formas do percurso colonizador por parte do Ocidente.

Pelo contrário, a sociedade em condições de inserir o casal e a família num horizonte de maior humanidade e de intersubjectividade é, por sua vez, uma sociedade verdadeiramente “global”, ecuménica, fundada naquele modelo de convivência pacífica, que o sociólogo de Cuernavaca, Ivan Illich, e, de seguida, o bispo italiano Tonino Bello, definiam com a expressão “convivência das diferenças”. Uma sociedade em que a cultura seja declinada no plural, em que a identidade cultural dos sujeitos se forme através do contributo de culturas diferenciadas e em que os indivíduos, os casais e as famílias saibam interpretar e viver a multiplicidade das culturas e das religiões, assumindo como valor máximo o critério da convivência e da comunhão. Trata-se de uma exigência que não é, por certo, “new age”, sincretismo, mistura e sobreposição de elementos diversos, mas síntese das diversidades, mais do que homologação em relação a um único modelo imposto pela cultura dominante.

2. CASAMENTO, CASAL E FAMÍLIA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Com estas bases, estamos em condições de responder à pergunta que a todos toca nesta circunstância: como muda a concepção do casamento, do casal e da família por acção da globalização. Trataremos deste problema através da exploração de seis fenómenos descritivos da sociedade globalizada: *a homologação cultural; a globalização do consumo e dos estilos de vida; a concentra-*

ção financeira; a multiplicação das trocas de informação; o carácter pendular da família; a sociedade “em risco”.

a) – *A homologação cultural.*

No campo matrimonial e familiar, assistimos a uma mudança sem precedentes. No início dos anos '70, era comum confrontar a situação europeia com a norte-americana e o confronto revelava diferenças significativas quanto à concepção de casamento e de família. Fazia impressão, por exemplo, revelar que, nos USA, 68% dos adultos eram casados, 15% não eram casados e 17%, divorciados ou separados. Estes percentuais, nos anos '90, tornaram-se, respectivamente, 56%, 23 % e 21%, substancialmente a par com os dados europeus. Declínio do casamento, redução da dimensão familiar, decréscimo demográfico unem, hoje em dia, todos os países do Ocidente, corroendo também as populações de cultura africana, asiática e sul-americana. Em particular, se o casamento pode ser considerado, com o sociólogo italiano Pierpaolo Donati, um subsistema comunicativo dirigido por um código simbólico particular centrado no amor, também fica sujeito a ressentir-se significativa e pontualmente com as condições históricas e sociais em que se situa.

Ora, são precisamente as condições históricas e sociais (e não o progressivo relaxamento dos costumes, como pretenderiam alguns moralistas) que fixam como indicadores mais significativos de uma nova fase familiar o forte decréscimo da taxa de natalidade, o aumento das patologias conjugais e o grau de instabilidade emotiva dos casais, com o conseqüente aumento das separações e dos divórcios, a difusão das uniões livres, a relativa indiferença em termos de casamento, a transformação do próprio casamento, a prática consolidada da convivência pré-matrimonial, a proliferação de modelos alternativos de vida à família, já alcançados através da legislação em muitos países. Basta citar, por exemplo, o PACS, o Pacto Civil de Solidariedade, aprovado pela Assembleia francesa no Outono de 1998⁵.

A problematidade do casamento tradicional para os jovens reside na condição marginal em que eles se encontram nesta sociedade globalizada, na qual é cada vez mais difícil encontrar um trabalho estável e separarem-se da família de origem. A adolescência prolongada está a tornar-se, na realidade, a condição comum dos jovens, não só no Ocidente, com uma significativa demora na decisão de formar um novo núcleo familiar.

O casamento está a perder a sua tradicional conotação institucional. Mesmo que os jovens ainda o vejam como um ideal, como um valor *desejável*,

⁵ Veja-se a este fim: Irène Théry, «Pacs, sexualité et différence des sexes», *ESPRI*, Vol. 10, n.º 1, 1999, pp. 139-181.

as mais recentes pesquisas indicam que já não é nele que procuram uma garantia de estabilidade para a sua relação. O amor chega, por vezes, a esgotar-se na emoção, enquanto que a vida do casal centrada na durabilidade requer a intervenção da vontade. Por outro lado, a causa da solidão em que os *new jobs* projectam o sujeito (o sociólogo polaco Zygmunt Bauman fala de “solidão do cidadão global”), tornam o casal e a família num espaço de descarga das tensões acumuladas no exterior, e, portanto, de emanação do próprio mal-estar, mais do que o lugar em que se dá e se recebe consolação. Os jovens acabam então por preferir micro-relações a nível privado, que podem ser vividas sem nelas investirem demasiado.

No âmbito da homologiação cultural, é oportuno fazer referência ao fenómeno das famílias multirraciais, fruto de um encontro cada vez mais complexo entre diferentes culturas, em consequência de fenómenos migratórios e dos chamados “matrimónios mistos”.

Nas nossas cidades não há apenas uma realidade de imigração clandestina, com todos os problemas que ela comporta; também há imigrados já inseridos ou em vias de inserção, em dia com as devidas autorizações de trabalho. Jovens imigrados querem constituir família e estabelecem contacto com os residentes; e, com uma frequência cada vez maior, celebram-se casamentos entre indivíduos pertencentes a culturas, tradições, línguas e religiões diversas. Daí emergem desafios culturais e sociais, em que o problema predominante é representado pela aceitação das diferenças, não tanto (ou não somente) no período de enamoramento, quando tudo parece mais fácil e os obstáculos parecem facilmente superáveis, mas sobretudo no longo período em que os imigrados se apercebem da saudade pela própria terra de origem e se encontram numa fatigante busca de equilíbrio entre as suas raízes étnicas, familiares e culturais e a cultura em que se encontram a viver e a trabalhar.

Um desafio importante e, conseqüentemente, um momento difícil da convivência multirracial, delinea-se quando nascem os filhos e emergem os problemas da escolha religiosa, do bilinguismo, do sincretismo cultural e religioso, da integração numa escola que, também sempre cada vez mais multiétnica, deve ainda apetrechar-se com cada vez mais frequência a esta emergência, mediante a actualização dos professores, e considerando o pluralismo da identidade e dos valores, etc.

b) – A globalização dos costumes e dos estilos de vida

Também os gostos, os hábitos alimentares, o vestuário estão em vias de homologiação. A área do consumo é aquela em que os comportamentos se tornam cada vez mais semelhantes, atravessando as latitudes e as longitudes do

planeta. As famílias consumidoras fazem as compras num supermercado mundial, em que a distribuição é global, sem conexão com o lugar em que os bens e os serviços foram produzidos. Praticamente todos nós nos sentimos obrigados a adquirir as mesmas coisas e, daqui, a tendência por parte dos produtores em intervir sobre o gosto, sobre os comportamentos alimentares e de vestuário, sobre as “regras” que estabelecem aquilo que é belo ou feio, bom ou mau, útil ou inútil. Cada expressão e experiência humana é comercializada. Como um cilindro compressor, o imperialismo ocidental nivela as restantes culturas das outras áreas do planeta. Assim nascem, apoiados em campanhas publicitárias maciças, os produtos “generalizados”, de que a Coca-Cola é o emblema, que substituem os produtos locais: deste modo, em Conacri ou em Pequim, em Roma ou em Toronto, bebe-se Coca-Cola e comem-se *hamburgers* nos *fast-food* e nos McDonald’s. A força de atracção destes símbolos da globalização – cuja proposta é principalmente dirigida aos jovens, um grupo social que ainda não consolidou os rituais alimentares do próprio grupo de proveniência – é descrita pela imagem de uma família inteira – pai, mãe e dois filhos – sentada à mesinha dos McDonald’s para consumir *hamburgers* e batatinhas fritas. Uma homologiação, quer a nível geográfico, quer geracional.

Também a casa – projecção visível do mundo interior dos indivíduos que nela habitam – se homologa no tempo, participando do destino dos outros “objectos”, como a alimentação, o vestuário, a música. Já não se “vive” mais em casa, como já não se vive no próprio corpo e no próprio ser. Viver, na realidade, não é só uma condição. É um acto, uma arte. “É poeticamente – escreve o poeta alemão Hölderlin – que o homem vive”. Como a poesia, a arte de viver toca todas as cordas mais íntimas da existência humana, da vida pessoal, afectiva, familiar, espiritual, social. Podemos viver em casa sem a habitar, só para nos protegermos das intempéries, para trabalhar, para comer, para nos aquecermos, para dormir. O casal globalizado, um casal nómada, vive na era da casa a reboque, da casa atrelada, cujo emblema são as malas “trolley”, que parecem cada vez mais uma casa, e que contêm as coisas indispensáveis que cada um leva sempre consigo. Mas sem ser “habitada”, a casa torna-se um abrigo, uma “casa-refúgio”. Frequentemente – para usar a expressão de Marc Augé – um “não-lugar”. “Não-lugares” são o contrário exacto dos “lugares antropológicos”, são os espaços e os meios de trânsito e de transporte – autoestradas, estações ferroviárias, aeroportos, centros comerciais (quantos rapazes e raparigas por lá deambulam, quando se “baldam” para a escola!), as megadiscotecas, motéis, combóios – que estão sujeitos a uma proliferação contínua e destinados a colonizar de modo contundente o nosso tempo de vida, o tempo das famílias. Augé define-os “*monuments de la surmodernité*”, em que, com o termo de “*surmodernité*” se designa uma modernidade superabundante, excessiva. Nos não-lugares não se vive, transita-se; não nos encontramos, evitamo-nos; não somos “viajantes”, mas apenas “passageiros”, encaminhados

exclusivamente para um destino. Lugares de anonimato, já que neles se pode meter a própria identidade entre parêntesis. Pulsam de frenesim, não de vida.

A paróquia, o condomínio, a escola, a família, são lugares antropológicos em que se vive, ou igualmente não-lugares?

Devemos considerar um último aspecto do problema: a homologação a nível social. Este processo traduz-se na invisibilidade prática dos casais e das famílias pobres.

Com efeito, a entidade social que chama a atenção de todos é a classe média, um aglomerado de pessoas que dispõe de um discreto bem-estar. A defesa desta classe, dado o potencial de votos que possui, tornou-se o objectivo prioritário da política. É o fatídico “centro”. E, todavia, a pobreza não é nem de direita, nem de esquerda, nem tão pouco do centro. Quem são os pobres, hoje em dia? Na maior parte, são famílias que vivem na casa ao lado da nossa. Os “novos pobres” não são muito visíveis, mas existem. Em Itália, são 7.828.000 pessoas, dos quais dois terços a viverem no Sul. Pessoas que ficaram para trás na corrida do bem-estar. Famílias numerosas, com índices baixos de estudo, reformados, desempregados, solteiros com filhos. Gente que possui *pouco*, mas, sobretudo, que possui *menos*. É a desigualdade. A ilusão da unidade provocada pela globalização não é suficiente para debelar a nova pobreza.⁶

c) – A concentração financeira

É neste contexto de desigualdade que se insere e se entende o terceiro elemento descritivo da globalização: a concentração financeira.

⁶ Este conceito colide com aquele de quem interpreta a globalização em termos míticos e ideológicos. No dia 17/5/2002, falando num ciclo de palestras promovido pelo Conselho Regional da Toscana, Paolo Fresco, Presidente da FIAT, defendeu que a globalização é um jogo de resultado positivo para todos aqueles que nela participam e não “uma competição disfarçada”. A experiência dita que – defendia Fresco – a globalização conduz a um incremento difuso da prosperidade, a uma diminuição da pobreza e não é completamente verdade “que este maior bem-estar esconda um efeito perverso: os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, seja no seio dos países mais desenvolvidos, seja em confronto entre estes e aqueles em vias de desenvolvimento... Não nos deixemos enganar pelo facto de que possam crescer as distâncias relativas entre quem tem um rendimento elevado e quem tem outro menos elevado: o importante é que o rendimento de uns e dos outros cresça. A globalização – conclui o Presidente da FIAT – na realidade prejudica quem nela não participa”.

O raciocínio é mítico enquanto a globalização é entendida como um fenómeno natural, quase necessário, segundo uma concepção que não hesitaria em definir como neopositivista. Ignora-se (ideologicamente) que atrás dela existe uma organização precisa e que a diferença entre países ricos e países pobres, que se poderia reduzir graças à globalização, é, por sua vez, aquilo que na realidade a justifica. A pobreza destes países nunca é posta em relação com a disparidade substancial de poder – cujo instrumento é o mercado – entre Norte e Sul do mundo, nem com a mais pálida falta de direitos destes últimos.

Três famílias no mundo (todas nos Estados Unidos) possuem um rendimento anual equivalente ao produto nacional bruto anual de 48 estados africanos com uma população global de 600 milhões de pessoas, em média 120 – 150 milhões de famílias. Três famílias contra 150 milhões parece, na realidade, excessivo. Sociologicamente, é o ícone da injustiça. Como crente, digo, com João Paulo II, que é pecado.

Os direitos das pessoas colectivas e de poucas famílias privilegiadas, as novas oligarquias – também as há na Europa e na Itália, onde, de facto, governam produzindo leis em seu proveito –, devoram os direitos humanos dos indivíduos. Isto é possível precisamente graças à concentração financeira. O mundo é considerado um único mercado, no seio do qual as regras são impostas por poucos indivíduos: são os poderosos da Terra que decidem quais são os países que devem aceder ao desenvolvimento e quais não; são os poderosos que estabelecem que os incrementos da produtividade pertencem apenas ao capital, são eles que decidem: quais são as guerras justas e quais aquelas em que não se deve intervir, nem sequer para fins humanitários; como, onde e quando se pode inquinar o mundo; quem se deve definir como amigo e quem como inimigo; o que deve ser e o que não deve ser considerado prejudicial para a saúde.

Estas escolhas não são neutras para as famílias, já constituídas ou em vias de constituição. A família pode tornar-se a primeira vítima do ídolo mercado. A sua existência e a sua sobrevivência estão ligadas às decisões de pequenas, potentíssimas *élites*, desconhecidas para aqueles que trabalham em salas acolhoadas de um arranha-céus americano, ou alemão, ou japonês. A partir dos potentes computadores que lá estão instalados, partem em código as ordens, que, num tempo real, decidem a sorte de milhões de famílias. Nestes escritórios, onde um impulso electrónico pode gerar desespero, não se filtra o desespero das mães do Terceiro Mundo que não podem comprar leite para os seus filhos. Quando, na Bolsa de Nova Iorque ou de Londres, a soja (cuja produção, bem como a aquisição de sementes geneticamente modificadas são impostas pelo Ocidente, mascarando tal operação com intenções humanitárias) perde dois pontos percentuais, significa que, nas imensas favelas da cidade brasileira de São Paulo, a mortalidade infantil sobe 2%, porque o governo se vê obrigado a cortar nos recursos destinados ao leite das crianças.

Para quem fala ainda de casal e de família em termos ideais, piegas e românticos, e de globalização em termos míticos, é conveniente que se torne presente esta realidade do nosso mundo globalizado.

d) – A multiplicação das trocas de informação

O processo de globalização criou modalidades surpreendentes de comunicação. Com um *email*, ao custo de uma chamada urbana, posso ficar ao alcance

de uma longa lista de interlocutores de correio electrónico em poucos segundos⁷. Através da *Internet* posso adquirir e transferir massas enormes de informações. O ambiente mágico das bibliotecas está a tornar-se supérfluo. Abrem-se enormes oportunidades de estudo, de aprofundamento, de desprovincianização das ideias. O acesso às fontes da cultura deixou de ser um fenómeno elitista. Este aspecto da globalização parecia potenciar os valores da democracia e de liberdade. Mas isso é realidade ou ilusão? Traz consigo também uma maior solidariedade para o casal e a família?

O primeiro risco é que seja posta em crise a *solidariedade intrafamiliar*. Os novos *media* têm a possibilidade de alterar os modelos comunicativos no seio da família. O diálogo interpessoal, a conversação quotidiana, a transmissão dos saberes, a narração da vida começa a aridificar.

O computador domina na família, como uma espécie de novo ídolo, empobrecendo as relações internas, modificando os códigos da comunicação intrafamiliar, assim como – é o caso do teletrabalho – os próprios tempos da família.

Também entra em crise, com frequência, a solidariedade interfamiliar. Os sociólogos falam de fragmentação social. Hoje em dia, a nossa sociedade, tal como um meteoro ao embater na atmosfera terrestre, parece cada vez mais estilhaçada. Também a família, microcosmo social, tende para a desconstrução e para instabilidade. Os elementos mais visíveis desta fragmentação familiar são: a) a *privatização do comportamento* (escassas ou inexistentes relações entre as famílias); a *hipervalorização da experiência individual* (hoje tudo é “experiência” e experiência “descartável”); c) a *crise da aptidão para projectos de futuro* (vive-se na era do provisório e do precário); d) a *segmentação da experiência individual de vida* (qualquer sujeito vive múltiplas biografias) e, por consequência, e) a *pluralidade das opções éticas* (em cada um dos papéis e das biografias vividas pelo indivíduo existem outras tantas opções éticas em conflito entre si).

e) – O carácter “pendular” da família

Trata-se de um aspecto particular de mobilidade no território, no âmbito do qual não existem muitos levantamentos. Com tal termo, referem-se aqui as diferentes deslocações que, devido à mobilidade cada vez mais difusa das empresas e das carreiras, leva cada vez mais pessoas a viverem no arco da semana em localidades diferentes.

⁷ Todavia, também esta é uma oportunidade reservada ao Ocidente. Perante o facto de que muitas crianças ocidentais de 10 – 12 anos possuem já o seu portátil, estão dois terços dos habitantes do planeta que, na sua vida, nunca fizeram uma chamada telefónica.

Um “pendularismo residencial”, portanto, que pode dizer respeito apenas a um, mas também a todos os membros da família. O cenário desta situação é muito variado e com ele se articulam os vários modelos de convivência que se estabelecem: o marido vive numa cidade (frequentemente num alojamento alugado, com outros colegas), a mulher noutra cidade (também ela com uma ou mais colegas), os filhos nas cidades das respectivas universidades, às vezes com um *parceiro* fixo com o qual convivem durante a semana; se os filhos são pequenos, são confiados aos avós; há trabalhadores que passam grandes períodos no estrangeiro por razões de trabalho; e há *parceiros* separados de facto que preferem manter duas residências diferentes e que se encontram irregularmente para manter vivo aquilo que é, na realidade, apenas mais um simulacro de família. A intimidade da família restabelece-se na melhor das hipóteses só ao fim-de-semana, mesmo que o ritual dos *week-end* seja, na maior parte das vezes, muito enervante. Por conseguinte, o ‘pendularismo’ das famílias pode representar uma opção ou uma necessidade para os indivíduos que nele estão envolvidos: porém, resta o facto de que deriva em grande parte da globalização em curso, que, modificando os tradicionais modelos de trabalho, contribui para criar novos modelos de família e não raramente verdadeiras crises no casal e dolorosas separações familiares.

f) – A sociedade “do risco”

Vale a pena concluir esta abordagem fenomenológica da relação família – globalização com uma referência ao tema da segurança.

A imagem – símbolo da sociedade globalizada é, sem dúvida, a daquele avião que penetra numa das Twin Towers de Manhattan, destruindo-a. Parece até que, a partir do 11 de Setembro de 2001, a família humana terá readquirido – como aconteceu no dia seguinte a Hiroshima – uma nova consciência. Primeiro, pensava-se que o Homem fosse mortal, mas que a espécie humana fosse imortal. O facto novo é que a espécie saiu do estado de natureza, para entrar numa área de contingência. Hoje a espécie existe: amanhã, dentro de alguns minutos, já poderá não existir. E esta decisão está na mão do Homem, de poucos homens. Uma angústia de um novo tipo invade a humanidade, no seio de uma tensão por resolver entre o ser o nada. Nesta situação de precariedade absoluta, dois jovens que se amem ainda estarão dispostos a casar-se, hoje em dia?

Para ficar no âmbito do meu observatório psico-social, hoje, em Itália, uma família em cada duas tem um elemento que sofre do chamado “medo de viver”: na base, a ânsia e a angústia – aspectos do medo de viver – são subdivididas entre a insegurança na esfera afectiva (a causa das reações)

mentais mais flexíveis e menos duradouras que no passado) e na esfera laboral (a causa da precariedade do lugar de trabalho).

Segundo Bauman, podemos distinguir três tipos de insegurança: a) a falta de segurança existencial (*security*): é a insegurança ligada ao liberalismo económico, ao chamado pós-fordismo ou neo-taylorismo que faz de todos nós potenciais “sobras”, “precários”); b) a falta de segurança “cognitiva” ou de certezas (*certainty*): está ligada à perda de inteligibilidade do sistema social, em que é cada mais difícil interpretar sintomas e causas, prever resultados favoráveis ou desfavoráveis); c) falta de segurança pessoal ou de garantia da integridade física (*safety*): está associada ao corpo e às suas extensões, bem como aos próprios familiares ou aos bens pessoais.

Estes modelos de insegurança são transversais em relação às classes etárias e ao estatuto social dos indivíduos. Vivemos – como afirma o sociólogo alemão Ulrich Beck – numa “sociedade global do risco”⁸, em que os indivíduos assumem uma atitude generalizada de resignação. Os casais e as famílias, em particular, compreendem que se encontram impotentes para enfrentar os processos económicos e culturais em curso: um pouco como se a globalização e os seus processos económicos pudessem apenas ser favorecidos, não contrariados nem controlados.

3. CAMINHOS PARA O CASAL E PARA A FAMÍLIA

A nossa abordagem sociológica poderia acabar aqui. Mas há uma severa admoestação de Dietrich Bonhoeffer que nos interpela. “De agora em diante – adverte-nos o mártir de Flossenbürg – direis somente aquilo pelo qual responderéis agindo”. Portanto, devemos referir brevemente algumas perspectivas, no que toca aos projectos e aos compromissos evangelizadores do casal e da família nestes tempos difíceis.

1. Descobrir – ou redescobrir – as vias das ideias e dos conceitos

Também no nosso compromisso para com os noivos e os esposos urge redescobrir as vias da mediação racional. Devemos habituar-nos a julgar os factos e os acontecimentos não com preconceitos culturais, mas com uma constante atenção crítica. Será sobretudo desenvolvendo as ideias e os conceitos que conseguiremos tornar o mundo uma casa hospitaleira e não roubar o futuro aos nossos filhos.

⁸ Ulrich Beck, *La società globale del rischio*, Trieste, Asterios, 2001.

2. Descobrir – ou redescobrir – a estratégia dos gestos

Para evangelizar a paz, a justiça, a salvaguarda da criação, precisamos de alguns gestos simbólicos, mínimos mas significativos. É a chamada “estratégia lilliputiana” – a partir do povo de anões que o protagonista do romance *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, encontra nas suas peregrinações e que o aprisionam nas suas minúsculas redes –, que serve para pôr em evidência exemplos virtuosos e eficazes, ao alcance de todos.

3. Descobrir – ou redescobrir – a importância da política

Para fazer com que, nesta sociedade globalizada, se entrevejam rostos humanos, não é suficiente delegar esse esforço em qualquer político, mas torna-se necessário um empenhamento de um número cada vez maior de casais e famílias. Eis alguns dos projectos que, enquanto casal e família, podemos “evangelizar”, escolhendo com o nosso voto os políticos que os apoiam: organismos internacionais cada vez mais democráticos, não subjugados às actuais estruturas do poder; a remissão da dívida internacional; a instituição do “Imposto Tobin” destinado a projectos de desenvolvimento; recusar o descrédito da *res publica* e não privatizar os recursos naturais (o caso da Itália é paradigmático); globalizar por todos os lados os direitos sindicais, civis e políticos; pugnar pela instituição de um rendimento social contra a crescente precariedade; promover o consumo crítico, responsável, equânime e solidário; abolir os produtos transgénicos, que anulam a biodiversidade e que são impostos pelos países ricos aos países pobres; reduzir (visando o horizonte da abolição) as despesas militares; não aceitar que as pessoas sejam consideradas como “recursos humanos”. Há aqui trabalho para todos...

4. Descobrir – ou redescobrir – estilos de vida marcados pela sobriedade

Quando se fala de sobriedade, pensa-se muitas vezes em qualquer coisa triste, numa espécie de sucedâneo pauperístico. A sobriedade é uma vantagem, não uma desvantagem. Nem sequer é um exercício ascético. S. Francisco diria que é a “alegria perfeita”. Convido os meus amigos a relerem com atenção a bela carta dirigida pelos Bispos do Triveneto às famílias sobre este assunto⁹.

⁹ Cf. Conferência Episcopal Triveneta, *La famiglia nella società del benessere. Lettere alle famiglie del Nord-Est*, 17/1/1994. “Sóbria – escrevem os Bispos – é a vida de quem sabe contentar-se... Sobremaneira sóbria é a vida de quem descobriu os limites próprios e, portanto, sabendo fazer opções, se orienta para o essencial...” (p. 23).

5. Descobrir – ou redescobrir – a educação para a universalidade

Esta exigência consiste em fazer com que os homens e as mulheres do nosso tempo, habitantes daquilo que Mc Luhan definia como a “aldeia global”, sejam indivíduos autenticamente ecuménicos, para formar uma humanidade planetária, onde cada homem singular, cada casal e cada família vivam como cidadãos de uma única cidade, ao serviço da vida de todos e de todas as espécies vivas, despojando-se de todos os hábitos de violência, tão radicada em cada um de nós que assume foros de uma estrutura mental, e renunciando à ferocidade (muitas vezes disfarçada em cultura e em religião) com que frequentemente instauramos as nossas relações interpessoais.

CONCLUSÃO

No editorial de *Concilium* 5/2001, dedicado a “A globalização e as suas vítimas”, Jon Sobrino e Felix Wilfred, que são os seus responsáveis, defendem que a globalização é *māyā*, o termo usado pela filosofia indiana clássica para designar a ilusão cósmica¹⁰. Como me esforcei por demonstrar ao longo da minha palestra, também eu considero esta definição correcta. O fenómeno da globalização – que em si não é nem bom, nem mau – é, todavia, ambíguo, porque corre o risco de criar um mundo de convicções artificiais: um falso ecumenismo, uma falsa unidade da família humana, uma distinção cada vez mais marcada entre ricos e pobres, com notórios processos de exclusão, que interessam de modo particular às famílias, assim como um pôr entre parêntesis dos grandes recursos das culturas locais, das tradições que constituem a riqueza de um casal, de uma família, de um povo.

Todavia, estas mesmas exigências – unidade da família humana, a começar pelo casal, universalidade, resgate dos pobres – poderiam ser conduzidas por uma concepção e por uma prática correctas da globalização. Este fenómeno, por consequência, não deve ser subestimado, nem banalizado, nem diabolizado. Mas também não deve ser idolatrado. Porque, como a História nos ensina, onde há um ídolo, há vítimas. As vítimas são os pobres, casais e famílias pobres, uma quantidade impressionante na Itália, na Europa, no mundo, que nos advertem, com a sua inquietante presença, de que o mundo não é aquele que a publicidade apresenta, mas um mundo em luta pela alimentação, pela água, por uma casa, por um território, pelo tratamento médico essencial, pela instrução pública, pelo direito de acolhimento. É um mundo que as elites sentadas à volta de uma mesa em qualquer escritório de um arranha-céus de Nova Iorque, de Frankfurt ou de

Tóquio, absorvidas em projectar sem escrúpulos operações financeiras, não conhecem. E será que nós o conhecemos? A Igreja, a comunidade cristã, conhece esse mundo, ou a sua única preocupação é a de autocelebrar-se? Como dizia uma irmã missionária no Brasil, devemos começar a ver a Igreja a partir das janelas das favelas, em vez de ver as favelas a partir das janelas da Igreja.

A globalização do nosso mundo obriga-nos, pois, a sair à descoberta. É isto que me parece ser a nossa missão, hoje em dia: introduzir uma mensagem de esperança no próprio coração do apocalipse. Mas, para o fazer, temos de assumir o ponto de vista dos pobres – incluindo aqui aqueles noivos que nos endereçam as suas mensagens de desorientação, de modo tão diversificado e que temos a obrigação de interpretar –, de todos aqueles – indivíduos isolados, casais e famílias – que se esforçam por imprimir as suas esperanças no desenvolvimento do planeta; e todos juntos – tu, eu e todo o mundo –, sobre milhões de pernas, façamos caminhar a História.

¹⁰ Cf. *Bhagavad-Gita*, edição italiana ao cuidado de S. Piano, *Glossario*, p. 347.